

Prefeitura Municipal de São Gonçalo
ATT.: Comissão Permanente de Licitação

Ref: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2025 - Contratação de Projeto Executivo e Execução de Obras de Contenção de Encosta, Urbanização, Drenagem e Pavimentação em Área de Risco na Rua Vinte e Sete de Julho no Bairro Lindo Parque, no Município de São Gonçalo/RJ..

A **AQUILA ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 43.641.050/0001-60, estabelecida na Avenida Rio Branco, nº 1, sala 1706 – Centro – RJ, por seu representante legal, vem, mui respeitosamente, com base na legislação vigente e de forma tempestiva, vem apresentar:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2025

em face do Edital de Concorrência Eletrônica – Processo Licitatório nº 12.501/2024, pelas razões a seguir articuladas:

I. DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, nos cabe informar que o prazo para impugnação está tempestivo, obedecendo o limite de 03 (três) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública, que no presente caso, está marcada para a data 28/02/2025.

II. DOS FATOS

Foi publicado pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo o edital da Concorrência Eletrônica nº 90002/2025, visando à “Contratação de Projeto Executivo e Execução de Obras de Contenção de Encosta, Urbanização, Drenagem e Pavimentação em Área de Risco na Rua Vinte e Sete de Julho no Bairro Lindo Parque”.

Entretanto, o referido edital apresenta, respeitosamente, falhas substanciais que comprometem sua regularidade e integridade. A falta de informações essenciais prejudica a adequada execução da obra, e, por isso, ressaltamos os seguintes pontos que requerem cuidadosa consideração:

1. DA AUSÊNCIA DE PROJETO BÁSICO

O projeto básico é fundamental para delimitar o “conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço” que se

pretende contratar. Portanto, não pode haver a instauração de licitação para a contratação de obras ou serviços de engenharia sem a prévia elaboração e definição deste projeto, que orientará a execução do empreendimento a ser contratado.

A única exceção à necessidade de apresentação do projeto básico ocorre na adoção do **regime de contratação integrada**, conforme definido pelo **artigo 6º, inciso XXXII da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece:

“regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto”.

É claro, portanto, que nas licitações para contratação de obras e serviços de engenharia, a Administração tem a obrigação de elaborar o projeto básico, exceto naqueles casos em que se adota o regime de contratação integrada.

Essa compreensão está expressamente prevista no **§ 2º do art. 46 da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece:

“A Administração é dispensada da elaboração de projeto básico nos casos de contratação integrada, hipótese em que deverá ser elaborado anteprojeto de acordo com metodologia definida em ato do órgão competente, observados os requisitos estabelecidos no inciso XXIV do art. 6º desta Lei.”

Portanto, à luz da Lei nº 14.133/2021, é imprescindível que a Administração elabore previamente o projeto básico para qualquer licitação voltada à contratação de obras e serviços de engenharia na modalidade adotada. A ausência desse elemento compromete a legalidade do processo licitatório e fere os princípios da ampla concorrência e da transparência, vedados em nosso ordenamento jurídico.

2. DA AUSÊNCIA DE MATERIAIS E DOCUMENTOS ESSENCIAIS

Outra falha significativa no edital diz respeito à ausência de documentos e materiais fundamentais que comprometem a clareza e a viabilidade da licitação. O Termo de Referência (TR) menciona que "A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

SEÇÃO II – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.**

No entanto, não há apêndice correspondente aos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), o que torna impossível verificar a fundamentação apresentada e a lógica por trás dos quantitativos estimados.

Além disso, o TR afirma que "A execução dos serviços seguirá os procedimentos e especificações constantes nos Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo e Planilha Orçamentária de composição do BDI."

4.4. A execução dos serviços seguirá os procedimentos e especificações constantes nos **Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo e Planilha Orçamentária de composição do BDI.**

Contudo, não há qualquer menção ou disponibilização de um Memorial Descritivo, o que impede os licitantes de entenderem as especificações e o escopo abrangente dos serviços a serem realizados.

Por fim, o documento menciona: "Caberá ao licitante proponente desenvolver os Projetos Executivos, em conformidade com o Termo de Referência."

5. PROJETO EXECUTIVOS

5.1. **Caberá ao licitante proponente desenvolver os Projetos Executivos, em conformidade com o Termo de Referência** que integra o presente certame, logo após a celebração do contrato e antes do início da execução das obras, fornecendo também os manuais de construção, uso e manutenção para que a Administração possa se preparar adequadamente e exercer corretamente a fiscalização da obra.

Entretanto, como se espera que o licitante desenvolva um projeto executivo sem a disponibilização prévia do projeto básico, que é essencial para direcionar o desenvolvimento dos projetos executivos de forma adequada e dentro dos parâmetros requeridos?

Essas ausências comprometem a transparência, a competitividade e a viabilidade do certame, tornando impossível para os licitantes apresentarem propostas fundamentadas com base nas informações necessárias.

3. DA COMPLEXIDADE DO OBJETO

A obra a ser executada, caracterizada como intervenção em encostas, é de elevada complexidade técnica, o que torna imprescindível a apresentação de um projeto que contemple, dentre outros aspectos:

- As características geotécnicas da área de intervenção;
- O tipo de cortina de contenção a ser utilizada, conforme sugerido na planilha de quantidades – evidenciando, por exemplo, a necessidade de um projeto específico para uma cortina atirantada. Consoante o artigo 6º, inciso VI da Lei 14.133/21, "considera-se proposta a oferta de preço e a apresentação das condições exigidas no edital".

A falta de um projeto adequado compromete a segurança da execução e a viabilidade técnica, pois a complexidade geotécnica de uma encosta demanda um estudo prévio detalhado, que deve ser levado em conta para a elaboração das propostas. A ausência deste documento expõe os concorrentes a um risco injustificado e dificulta a análise de viabilidade e a formulação de um preço justo.

4. BDI

No quadro informativo do portal Comprasnet, foi divulgado um aviso pela Comissão, informando que no Anexo V "BDI", onde se lê "24,00%", deveria se ler "25,00%".

Quadro informativo

Concorrência Eletrônica N° 90002/2025 (Lei 14.133/2021)
UASG 926946 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO-RJ

Avisos (1)

Impugnações (0)

Esclarecimentos (1)

20/02/2025 10:04

✉

CORRIGENDA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PMSG N° 90002/2025 De acordo com solicitação da pasta requisitante, contida no OFÍCIO - SEI N°. 1/SEMDUR/ASSISTEC/2025, referente à Concorrência Eletrônica PMSG nº 90002/2025, Processo Administrativo 12.501/2024 no Anexo V "BDI", informo que: Onde se lê: "24,00%", Leia-se: "25,00%".

⬆

Fechar

Contudo, ao realizarmos uma análise detalhada da planilha orçamentária, constatamos que existem grupos que continuam utilizando a taxa de BDI de 24%, o que gera inconsistências nos cálculos e na formação das propostas. Essa divergência compromete a equidade e a competitividade do certame, uma vez que alguns licitantes podem estar adotando um parâmetro diferente do que o estabelecido pela Comissão.

A utilização de percentuais distintos de BDI poderá levar a propostas financeiras desiguais, resultando em desvantagens competitivas e prejudicando o princípio da isonomia entre os participantes da licitação. Além disso, essa discrepância pode acarretar problemas financeiros durante a execução do contrato, impactando a qualidade e a viabilidade da obra.

III. DO PEDIDO

Diante o exposto, requer-se que a presente impugnação seja recebida e julgada procedente, e que sejam realizados os devidos esclarecimentos do edital, conforme os pontos levantados, a fim de garantir a lisura e transparência do certame.

Nestes termos,

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025.

AQUILA ENGENHARIA LTDA

Fernando Silva de Oliveira

Sócio